

REFORMAS PRECISAM-SE

Pedro Ferraz da Costa*

Expresso, 14 de Abril de 2017

1. Portugal enfrenta um sério problema de crescimento, essencial para assegurar a sustentabilidade da nossa dívida e também para criar postos de trabalho mais qualificados e mais bem pagos.
Só empresas de maior dimensão, com melhores produtividades, poderão pagar salários mais atraentes.
Uma análise do VAB/trabalhador decomposta por classes de dimensão demonstra que as micro-empresas e as pequenas têm produtividades inferiores aos custos de um salário mínimo e que as produtividades do trabalho são o dobro nas empresas de maior dimensão.
É uma situação preocupante pois que 50% dos trabalhadores estão precisamente nessas empresas mais pequenas.
É bom para ambas as partes da relação de trabalho que a dimensão média das empresas aumente, o que não tem acontecido.
2. Por outro lado, para crescer pelo menos 3% ao ano nos próximos 10 anos as empresas terão de assegurar um investimento superior a 120.000 milhões de euros.
A descapitalização da maioria das empresas impede que tal investimento se faça através de financiamento bancário. E a situação da banca não lhe permite correr grandes riscos na concessão de crédito.
Por todas estas razões, o IDE assume uma importância central ao permitir crescimento acelerado, por não pesar nem no crédito nem na dívida externa.
3. O abrandamento do IDE explica parte da nossa falta de crescimento. Depois da vaga de investimento alemão, de que a AUTOEUROPA é o exemplo mais notório, não voltou a haver grandes investimentos. E os mais recentes mais não foram do que a passagem para investidores externos do capital de empresas já existentes (EDP, REN, CIMPOR, PT e várias dos sectores bancário e seguros).
Não temos sido capazes de atrair investidores em número e dimensão suficiente.
Sendo certo que tem havido investimentos de expansão de empresas já existentes também é infelizmente verdade que actividades novas, competitivas a médio e longo prazo, não têm começado.
4. Vários estudos, desde o do Banco Mundial até aos das Câmaras de Comércio, salientam a nossa pouca atractividade e as suas causas. Não contando com um mercado interno comparável por exemplo ao da Espanha e com custos fiscais e juros mais elevados do que esta, percebe-se a pouca atractividade.

Mas para além destes factores, outros são apontados. E são sempre os mesmos desde há 20 anos. Taxas de imposto elevadas, regras fiscais em constante alteração, justiça económica lenta e ineficaz a garantir a segurança jurídica das transações e legislação de trabalho muito rígida, mesmo se comparada com a de outros países europeus já de si pouco flexíveis, e problemas de burocracia e licenciamento.

No caso específico das actividades tecnologicamente mais evoluídas, acrescenta-se-lhe um outro obstáculo, o da disponibilidade de técnicos qualificados.

5. Nenhum destes problemas é fácil de resolver. Mas também não se pode aceitar que não sejam progressivamente eliminados através de diagnóstico, fixação de objectivos temporais de aproximação e posterior ultrapassagem dos nossos concorrentes directos na atracção de investimento e, depois, com uma execução persistente dum plano de reformas.

O plano de reformas tem de obter o comprometimento dos partidos e tem de assentar num compromisso público que crie confiança nos investidores externos. Nenhum investidor quererá entrar com regras cuja vigência dependerá da próxima mudança de governo.

No actual momento os observadores externos da nossa economia assistem quer à reversão de medidas que iam no sentido correcto, quer à ausência de qualquer plano de reformas que resolva os estrangulamentos identificados.

6. Portugal deixou de crescer quando o efeito conjugado da abertura a Leste da União Europeia, da entrada da China no comércio internacional e da criação do Euro destruíram a competitividade de largos sectores da nossa indústria. O refúgio nas actividades não-transacionáveis, onde se centrou o investimento, levou a um desequilíbrio brutal da nossa balança e a necessidades crescentes de endividamento externo. Levou à bancarrota e à adopção dum ajustamento brutal. Para que não havia alternativa.

O período de maior crescimento que a Europa e o mundo agora atravessam tornará mais fácil para Portugal voltar a convergir com a União Europeia.

Para todos os partidos que se revêem na democracia representativa e na economia de mercado e que vêem a União Económica e Monetária como o único espaço possível de desenvolvimento para Portugal não deveria ser difícil, num ambiente menos crispado, acordar num tão necessário programa de reformas.

* Presidente do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade